

13.2 — A avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes:

Habilitação Académica de Base (HAB) ou Curso Equiparado, Experiência Profissional (EP) e Formação Profissional (FP) de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HAB + (3 \times EP) + (2 \times FP)}{6}$$

13.2.1 — Habilitação Académica de Base (HAB), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores — Ensino Secundário ou Superior;
- b) 17 valores — 11.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 4.º ano;
- c) 16 valores — 11.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 6.º ano;
- d) 15 valores — 11.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 9.º ano;
- e) 14 valores — 9.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 4.º ano;
- f) 13 valores — 9.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 6.º ano;
- g) 12 valores — 6.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 4.º ano;
- h) 10 valores — Com a escolaridade obrigatória

13.2.2 — Experiência Profissional (EP) — tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria conforme descrito no ponto 5 e 5.1 do presente aviso, de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 18 valores — De 2 a 4 anos
- b) 16 valores — De 1 a 2 anos
- c) 14 valores — De 6 meses a 1 ano
- d) 12 valores — Até 6 meses
- e) 10 valores — Com experiência sem ser em estabelecimentos de Ensino
- f) 0 valores — Sem experiência

13.2.3 — Formação Profissional (FP) — formação profissional direta ou indiretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar de acordo com o seguinte:

- a) 20 valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de mais de 50 horas;
- b) 15 valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, entre 26 a 50 horas
- c) 10 valores — Formação indiretamente relacionada, com a área funcional até 25 horas;
- d) 5 valores — Formação indiretamente relacionada, com a área funcional;
- e) 0 valores — Sem formação

13.3 — Os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores no método de seleção (AC) consideram-se excluídos da lista unitária de ordenação final.

14 — Composição do Júri:

Presidente — Maria Isabel Saúde Ferreira da Silva
Vogais efetivos:

— Maria João Gomes Silva Marçal Ferreira
— Maria Fátima Silva Graça Cotrim Pegas

Vogais suplentes:

— Henriqueta Maria Henriques Dias da Silva
— Ana Maria Pires Santos Pinto

15 — O presente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos Vogais efetivos.

16 — Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos elementos do método de seleção Avaliação Curricular, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final do método, desde que as solicitem.

17 — A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, em resultado da média

aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos elementos do método de seleção Avaliação Curricular.

17.1 — Critérios de desempate:

17.1.1 — Em caso de igualdade de valoração os critérios de desempate são a adotar são os constantes do n.º 1 do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril.

17.1.2 — A ordenação dos candidatos que se encontram em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

17.1.2.1 — Valoração da experiência Profissional (EP)

17.1.2.2 — Valoração da Formação Profissional (FP)

17.1.2.3 — Valoração da Habilitação Académica de Base (HAB)

17.1.2.4 — Preferência pelo candidato de maior idade.

17.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e dos excluídos no decurso da aplicação do método de seleção Avaliação Curricular é notificada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de maio.

17.3 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação da Diretora do Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere, é disponibilizada no sítio da Internet do mesmo Agrupamento, bem como em edital afixado nas respetivas instalações.

18 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação».

19 — Prazo de validade: este procedimento concursal é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2014/2015.

20 — Nos termos do disposto n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, o presente Aviso é publicado, por extrato na página eletrónica deste Agrupamento em <http://www.acfzereze.edu.pt>, sendo dele dada notícia na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação integral na 2.ª série do *Diário da República*, e, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

23 de março de 2015. — A Diretora, Maria Isabel Saúde Ferreira da Silva.

208531522

Agrupamento de Escolas de Ponte de Sôr

Aviso n.º 4013/2015

Aviso de Abertura do Procedimento Concursal para Diretor

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho e no artigo 5.º da Portaria 604/2008, de 9 de julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sôr, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*:

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho e no artigo 2.º da portaria n.º 604/2008, de 9 de julho.

2 — Formalização das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento de admissão, dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sôr, em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sôr (www.aeps.pt) ou nos Serviços Administrativos da Escola Secundária de Ponte de Sôr (escola sede), sita na Rua General Humberto Delgado 7400-259 Ponte de Sôr.

3 — Os requerimentos de admissão deverão ser entregues nos Serviços Administrativos da Escola Secundária de Ponte de Sôr (escola sede) das 09:00 às 16:00 horas, ou remetidos por correio registado com aviso de receção, expedidos até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

4 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento, onde sejam identificados problemas, definidos objetivos e estratégias e estabelecida a progra-

mação das atividades que o candidato se propõe a realizar no mandato (máximo de 10 páginas);

- c) Declaração do serviço de origem onde conste a categoria, vínculo, escalão e o tempo de serviço do candidato;
- d) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Fotocópia dos certificados de Formação Profissional realizada;
- f) Fotocópia do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade e Número Fiscal de Contribuinte.

4.1 — Os candidatos podem, ainda, indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

4.2 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sôr.

5 — Sempre que o requerimento de admissão seja entregue diretamente nos Serviços Administrativos, será emitido um comprovativo da apresentação da candidatura.

6 — Para efeitos de avaliação das candidaturas, considera-se obrigatório:

- a) A análise do *Curriculum Vitae* de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de Diretor e o seu mérito;
- b) A análise do Projeto de Intervenção no Agrupamento de cada candidato, visando, designadamente, apreciar a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas;
- c) O resultado da Entrevista Individual realizada com os candidatos, visando apreciar, numa relação interpessoal objetiva e sistemática, as capacidades e o perfil necessários às exigências do cargo a que se candidatam.

7 — A lista dos candidatos admitidos e a dos candidatos excluídos será afixada na escola sede do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sôr e divulgada na página eletrónica do mesmo, no prazo de 10 dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

8 — Após a afixação da lista, os candidatos terão um prazo de cinco dias úteis para eventuais reclamações.

26 de março de 2015. — A Presidente do Conselho Geral Transitório,
Maria Custódia Perdigão Larginho Lopes.

208534188

Inspeção-Geral da Educação e Ciência

Despacho n.º 3764/2015

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro, designo como meu substituto nas ausências, faltas e impedimentos, o subinspetor-geral, licenciado João Carlos Correia Ribeiro Ramalho.

25 de março de 2015. — O Inspetor-Geral, *Luis Capela.*

208534171

Despacho n.º 3765/2015

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro, delego nos subinspetores-gerais da educação e ciência, João Carlos Correia Ribeiro Ramalho e Augusto Patrício Lima Rocha, a competência para a prática dos atos previstos no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho e nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro, no que se reporta às seguintes atividades de inspeção:

- a) Subinspetor-geral João Carlos Correia Ribeiro Ramalho:
 - i. Cursos Profissionais nos Estabelecimentos do Ensino Público, Particular e Cooperativo e nas Escolas Profissionais;
 - ii. Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado — Escolas, Instituições de Ensino Superior e Ciência e serviços e organismos do Ministério da Educação e Ciência;
 - iii. Auditorias Temáticas;

iv. Formação das Escolas em Matéria de Ação Disciplinar e Estatuto do Aluno;

- v. Escolas Europeias;
- vi. Escolas Portuguesas no Estrangeiro;
- vii. Formação e Qualificação dos Recursos Humanos da Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

b) Subinspetor-geral Augusto Patrício Lima Rocha:

- i. Educação Especial — Respostas Educativas;
- ii. Gestão do Currículo: Ensino Experimental das Ciências;
- iii. Organização e Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo;
- iv. Sistema de Formação Contínua de Docentes;
- v. Provas Finais do Ensino Básico e Exames Nacionais do Ensino Secundário.
- vi. Cooperação com as Inspeções da Educação dos Países Lusófonos e Projetos Internacionais.

2 — No Subinspetor-geral João Carlos Correia Ribeiro Ramalho são ainda delegados os seguintes atos referentes à gestão e administração da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC):

- a) Executar o orçamento, de funcionamento e investimento, da IGEC de acordo com uma rigorosa gestão dos recursos disponíveis, adotando as medidas necessárias à correção de eventuais desvios ou propondo as medidas que ultrapassem a competência delegada;
- b) Elaborar a conta de gerência da IGEC;
- c) Assegurar as condições necessárias ao exercício do controlo financeiro e orçamental pelas entidades legalmente competentes;
- d) Autorizar a realização de despesa pública com obras e aquisição de bens e serviços até ao montante de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros);
- e) Autorizar a prestação de serviços e a venda de produtos próprios da IGEC, fixando os respetivos preços;
- f) Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização e conservação dos equipamentos afetos à IGEC.

3 — Nos poderes delegados nos termos do números anteriores inclui-se a competência para assinar o expediente de comunicação com outras entidades, referente a pareceres, processos de serviço e matérias delegadas, com exceção do expediente endereçado a gabinetes de membros do Governo, diretores-gerais ou equiparados, reitores e presidentes de institutos politécnicos e responsáveis de entidades nacionais de coordenação.

4 — Consideram-se ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes agora delegados, tenham sido praticados pelo subinspetor-geral Augusto Patrício Lima Rocha desde 1 de janeiro de 2015.

5 — É revogado o Despacho n.º 15341/2013, de 15 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 228, de 25 de novembro.

25 de março de 2015. — O Inspetor-Geral, *Luis Capela.*

208534066

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Autoridade para as Condições do Trabalho

Aviso (extrato) n.º 4014/2015

Recrutamento por mobilidade interna 4 assistentes técnicos

A Autoridade para as Condições do Trabalho pretende recrutar, mediante mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, quatro assistentes técnicos, para exercício de funções na Direção de Serviços de Apoio à Gestão (DSAG), sito na Praça de Alvalade, Lisboa.

A) Caracterização da oferta:

Tipo de oferta: Mobilidade na categoria;
Carreira/categoria: Assistente Técnico/Assistente Técnico

B) Caracterização do posto de trabalho ou atividade:

Garantir o apoio administrativo necessário à Direção de Serviços. Principais atividades desenvolvidas: receber, registar e encaminhar a correspondência e documentação interna das divisões da DSAG e da Direção da ACT; assegurar o meio de transporte para reuniões através